

MÓDULO III

Violência, vulnerabilidade e educação

FACILITADORA



Miriam Esperidião de Araújo

Psicóloga, Mestre em Psicologia Social (IP-USP), Doutoranda em Educação (FE-USP), Docente e Coordenadora do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão da Universidade Anhembí Morumbi (UAM-SP)

Contato: miarau@usp.br

PROGRAMAÇÃO



- Orientações para aproveitar melhor essa aula
- Conceito de Infância
- ECA
- Vulnerabilidade e educação
- Como proteger e enfrentar a violência contra bebês, crianças e adolescentes?
- Quais são os Procedimentos para comunicar ao conselho tutelar, vara da infância e juventude os casos de suspeita ou confirmação de violência?
- Mediação de conflitos nas escolas da rede municipal de ensino.
- Educação alimentar e nutricional para educação infantil.

Conceito de Infância



História Social da Infância e da Família



História Social da Infância e da Família



História Social da Infância e da Família



História Social da Infância e da Família



- Adultos em miniatura
- Muito jovens participavam de atividades produtivas, algumas que exigiam muito esforço físico.
- “ Em 1833 os pediatras consideravam que uma jornada de trabalho de 10h era a mais adequada para as crianças porque mais do que isso fazia com que elas chegassem muito cansadas à escola dominical que ensinava a moralidade.”
- Enforcamentos, espancamentos e execuções por delitos insignificantes, como roubar um par de sapatos.
- Orgias
- Expostas à violência



UM LONGO PERCURSO.....

ECA



ECA

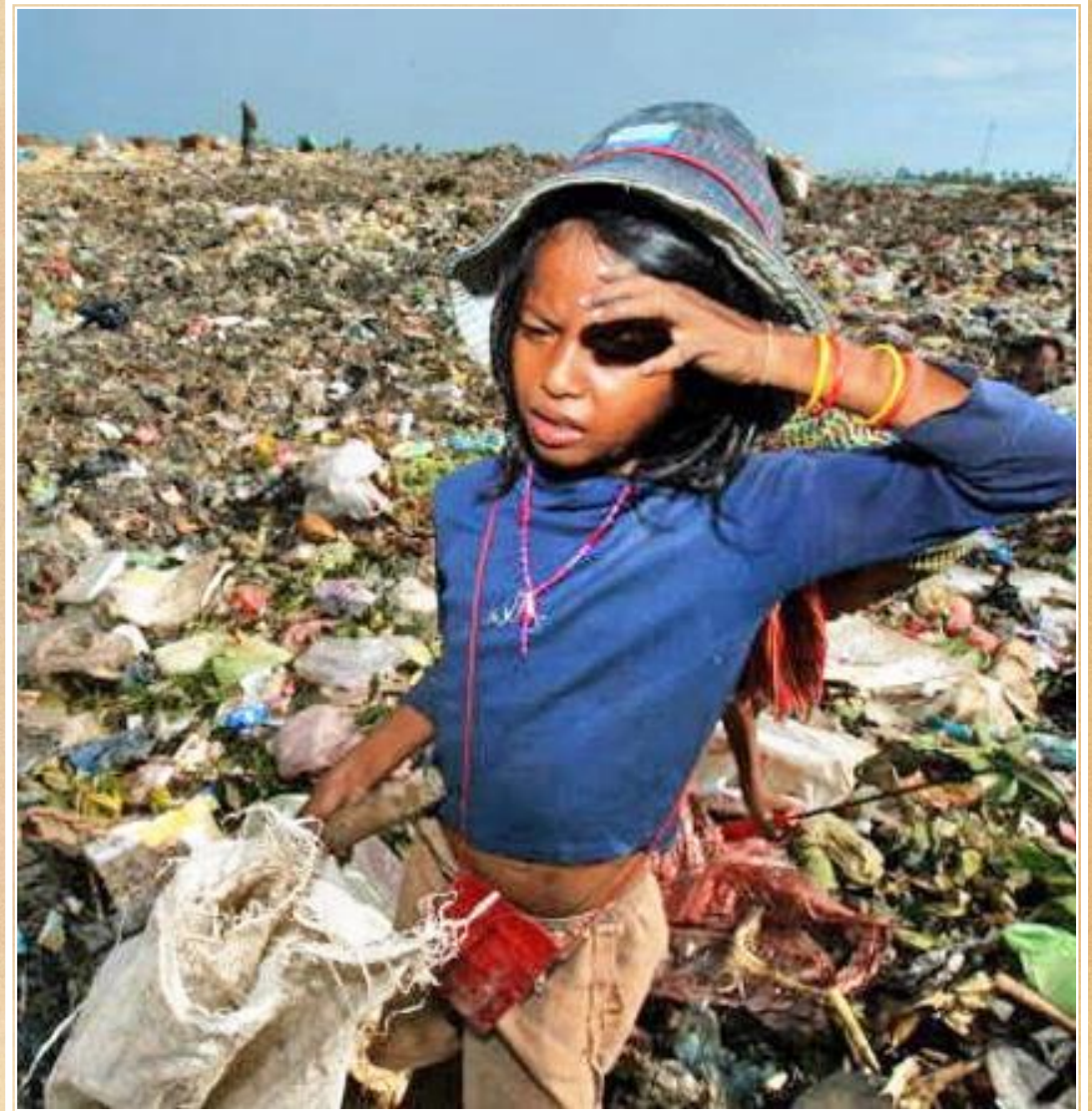


ECA



ECA





ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA



- ❖ **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990.
- ❖ Fim da Ditadura Militar e ao processo de redemocratização do Brasil.
- ❖ Diversas organizações, fundações empresariais e movimentos sociais, de educação, se mobilizaram durante o processo para garantir o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.

ECA



1985 - Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a Ciranda da Constituinte, um cerco ao Congresso Nacional por mais de 20 mil crianças e adolescentes.



Fonte: https://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2020/07/ARQUIVO_PMMR_movimento_meninos_meninas_rua_1989-768x576.png

ECA

Documentário Crianças Abandonadas – II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua / Brasília / 1989



https://youtu.be/_VPL6-hSJbY

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a **proteção integral à criança e ao adolescente**.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até **doze anos de idade** incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Das Disposições Preliminares

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

ECA - Capítulo IV Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer



Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 - IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
 - V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.
- (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

ECA - Capítulo IV Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer



Art. 53-A. É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, **prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.** (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos **portadores de deficiência**, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)

Questões de Concursos Públicos



1. Segundo o ECA (Brasil, 1990) a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária é um dever:

- a) tão somente dos órgãos de proteção aos direitos da criança e do adolescente.
- b) da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.
- c) delimitado à família parental, a quem se destinam as atribuições legais referentes ao menor.
- d) da Unidade Escolar a qual a criança e o adolescente estabelece vínculos legais após regularmente matriculado.
- e) dos governos em suas esferas municipal, estadual e federal.

Questões de Concursos Públicos



2. A Lei 8.069/90, popularmente conhecida como ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei:

- (A) sujeito moldável, adaptável e que se constrói a partir das suas interações.
- (B) fase da vida em que o indivíduo começa a sentir, a pensar, a agir e a se relacionar. Pode-se dizer que é a fase da vida quando iniciam os aprendizados e as descobertas.
- (C) um indivíduo divertido, agradável ingênuo, gentil e gracioso a quem o adulto dedica atenção e cuidados.
- (D) a pessoa até doze anos de idade incompletos.
- (E) sujeito sócio-histórico dotado de peculiaridades e que, em contato com o meio, é impulsionada à aprendizagem.

ECA - Capítulo IV Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer



§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

Art. 55. Os pais ou responsável **têm a obrigação** de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

ECA - Capítulo IV Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer



Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I - maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III - elevados níveis de repetência.

ECA - Capítulo IV Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer



Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

ECA – Capítulo V – DO CONSELHO TUTELAR



Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

- I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
 - a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
 - b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

ECA – Capítulo V – DO CONSELHO TUTELAR



VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

XIV - atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, ou submetido a tratamento cruel ou degradante ou a formas violentas de educação, correção ou disciplina, a seus familiares e a testemunhas, de forma a prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessários; (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2022)

Questões de Concursos Públicos



3. Vera pleiteou vaga para sua filha, de três anos, numa escola próxima à sua casa, porém não foi atendida porque a unidade procurada possuía vários alunos na fila de espera. A única escola com vagas disponíveis estava localizada em um bairro bastante afastado de sua residência, atrapalhando a efetivação da matrícula, tendo em vista a grande distância e a inviabilidade de a mãe levar a filha até a escola. Diante dessa situação e conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- a) o direito à educação foi garantido pela disponibilização de vaga em escola, ainda que distante da residência da mãe.
- b) o acesso à educação não foi assegurado, pois a menina teria direito a escola pública e gratuita próximo de sua residência.
- c) o acesso à educação foi assegurado, cabendo ao responsável e à família zelar pela frequência do aluno à escola.
- d) o Estado assegurou à criança o seu direito à educação, disponibilizando vaga em escola pública e gratuita, independentemente de sua localização.
- e) o Estado não cumpriu o seu dever constitucional de garantir o acesso da criança à escola de preferência da família.

Questões de Concursos Públicos



4. Com base na “Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 —Estatuto da Criança do Adolescente — ECA”, avalie os itens abaixo para assinalar a alternativa correta.

- I. nos casos expressos em lei, o ECA pode ser aplicado excepcionalmente às pessoas entre dezoito e vinte e cinco anos de idade.
- II. é assegurado apenas ao adolescente que frequenta as aulas regularmente o direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- III. é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento em creche e pré escola às crianças de zero a seis anos de idade.
- IV. é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.
- V. o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

Estão corretas:

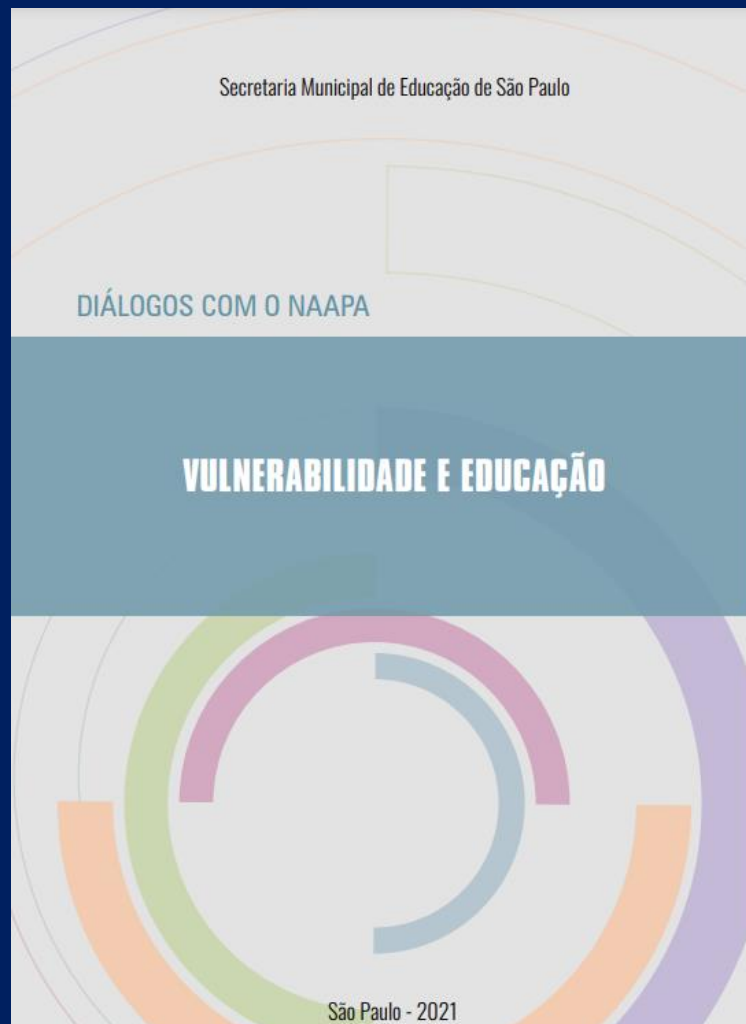
- a) I, III e V
- b) II, IV e V
- c) III, IV e V
- d) I, II e III
- e) II, III e IV

Questões de Concursos Públicos



05. Dona Cida procurou uma escola a fim de conseguir uma vaga para seu neto, de quatro anos de idade. Um funcionário, então, solicitou-lhe a certidão de nascimento do menino. Dona Cida explicou que a criança não tinha esse documento, pois sua mãe o havia perdido. Após efetivar a matrícula, o funcionário explicou acertadamente que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a avó deve procurar

- (A) a Vara da Infância e da Juventude, a quem compete requisitar a lavratura de assento do nascimento.
- (B) o Ministério Público, que tem a atribuição de requisitar a regularização do registro do nascimento.
- (C) o Conselho Tutelar, que tem a competência de requisitar certidões de registro de nascimento.
- (D) o cartório geral de registros para localizar onde foi assentado o registro da criança, a fim de solicitar a segunda via.
- (E) o Centro de Referência de Assistência Social, a quem compete emitir a segunda via da certidão de nascimento.



VULNERABILIDADE E EDUCAÇÃO

**NÚCLEO DE APOIO E ACOMPANHAMENTO
PARA APRENDIZAGEM - NAAPA**

VULNERABILIDADE E EDUCAÇÃO



No ambiente educacional: contextos de múltiplas carências, de violação de direitos, de doenças crônicas, de dificuldades de aprendizagem, dentre outros, têm impactos diretos nos modos de aprendizagem dos estudantes.

Objetivo -> buscar estratégias para o enfrentamento de tantas situações e contextos que fragilizam e marcam crianças e adolescentes no espaço educacional.

VULNERABILIDADE E EDUCAÇÃO



VULNERABILIDADE E EDUCAÇÃO



O termo vulnerabilidade começou a ser largamente utilizado nos anos 1980 pelos profissionais de saúde pública: identificar grupos sociais mais expostos ou sujeitos à riscos de contrair HIV.

Considerar o comportamento do sujeito, era necessário compreendê-lo na interação de múltiplos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, engendrando.

As condições e possibilidades de proteção de uma pessoa não se reduzem à sua simples vontade individual, sendo necessário reconhecer a complexidade da doença e dos recursos necessários para sua prevenção.

VULNERABILIDADE EDUCACIONAL



- vulnerabilidade individual
- vulnerabilidade social
- vulnerabilidade estrutural



=> em sua interface com os processos de ensino e aprendizagem no tempo presente

=> aprendizagem e o desenvolvimento dependem das materiais de vida, sociais, culturais, metodológicas e pessoais.

VULNERABILIDADE EDUCACIONAL



VULNERABILIDADE EDUCACIONAL



Há estruturas básicas que compõem o trabalho educacional:

- **Física** = salas de aula, espaços para brincar, mobiliário, salas de leitura, quadras, parques, banheiros, refeitórios, lactários, pátios...
- **Profissional** = professores, diretores, coordenadores pedagógicos, especialistas, equipes de apoio, profissionais de limpeza e manutenção...
- **Pedagógica** = o currículo, metodologias, material de apoio pedagógico, teorias, conhecimentos, competências, formação docente...



concepções medicalizantes e patologizantes da não aprendizagem

VULNERABILIDADE EDUCACIONAL



VULNERABILIDADE EDUCACIONAL



VULNERABILIDADE EDUCACIONAL: VOCÊ SABIA?



- Um ambiente escolar aversivo e violento está entre as principais causas de desistência do estudante;
- Estudantes discriminados em razão de gênero, etnia, nacionalidade, religião, condição socioeconômica, moradia, constituição ou organização familiar tem maiores possibilidades de abandonar a escola;
- Limitações físicas causadas por doenças graves, crônicas ou de longa duração interferem drasticamente na continuidade da vida escolar de crianças e adolescentes;
- Estima-se que 18% das meninas que engravidam na adolescência param de estudar;



VULNERABILIDADE EDUCACIONAL: VOCÊ SABIA?



K2, K4, K9: drogas sintéticas saem das sombras, tomam as ruas de São Paulo, ...

[Visitar >](#)

As imagens podem ter direitos autorais. Saiba mais

- Quanto mais exposto um adolescente está ao uso de drogas menor é sua frequência escolar
- O trabalho infantil ou na adolescência levam ao abandono precoce da vida escolar;
- Uma escola que atua nas situações em que haja suspeita ou confirmação de violência contra a criança e o adolescente amplia as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do estudante;
- Estudantes com boa autoestima tendem a ter melhor aproveitamento escolar;
- A aprendizagem escolar promove bem estar emocional;

VULNERABILIDADE EDUCACIONAL



Como saber o tanto e o que faz um estudante viver uma experiência de vulnerabilidade?

Algumas situações são facilmente identificadas pela escola, mas outras, não, porque residem no silêncio daquele que não fala ou na voz daquele que não mais é ouvido.

Requer o exercício de enxergar o outro demanda tempo, disponibilidade e curiosidade

O que fazer?

Favoreça o exercício da leitura e da discussão de obras que abordam as situações de vulnerabilidade que você deseja trabalhar com os estudantes. Crie um espaço para que o estudante reflita sobre as vulnerabilidades destacadas nos personagens, nos contextos, nos narradores, nas vozes atuantes dos poemas selecionados, no diálogo com as obras literárias e até mesmo a partir da biografia dos escritores.

VULNERABILIDADE EDUCACIONAL: O QUE FAZER?



- Conhecer o contexto social dos estudantes;
- Considerar que todos são capazes de aprender;
- Criar rotinas claras e que respeitem as características da turma;
- Investir em atividades desenvolvidas em **grupos colaborativos** heterogêneos;
- Estabelecer objetivos possíveis de serem alcançados;
- Auxiliar o estudante na organização de uma rotina de estudos;
- Criar um ambiente favorável para que o estudante se sinta à vontade para esclarecer suas dúvidas;
- Acompanhar de maneira individualizada o estudante com mais dificuldade
- Agir com empatia diante das dificuldades e Valorizar os pequenos avanços;
- Tratar a todos com respeito;



Questões de Concursos Públicos



4.

CONHECER PARA PROTEGER:

ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA
BEBÊS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES

SME/COPED, 2020

Enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes



Instrução Normativa SME nº 20, de 26/06/2020 – Estabelece procedimentos para comunicar ao conselho tutelar, vara da infância e juventude os casos de suspeita ou confirmação de violência aos bebês, crianças e adolescentes matriculados na rede municipal de ensino.

Enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes



- direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade.
- medidas administrativas, sociais e educativas adequadas à proteção da criança contra todas as formas de violência.
- garantia dos direitos fundamentais e de não ser exposto à negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- direito à educação sexual esclarecedora (adequada à idade, cientificamente acurada, culturalmente idônea, baseada nos direitos humanos, na equidade de gêneros e numa abordagem positiva quanto à sexualidade e ao prazer).
- direito à educação integral em sexualidade (baseada em um currículo sobre aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade; com o objetivo de construir conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que promovam saúde, bem-estar e dignidade, relacionamentos sexuais de respeito, considerando como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e o de outras pessoas).

Enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes



violência física

violência química

violência psicológica

violência sexual

Abuso, exploração e tráfico de pessoas;

violência institucional

realizada por profissional que atua nas redes direta, indireta e parceira, em instituição de qualquer natureza (pública ou privada);

violência negligencial

descuido e falta de proteção parental: desnutrição, higiene, ausência de vacinação, machucados sem cuidados; trabalho infantil

Enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes



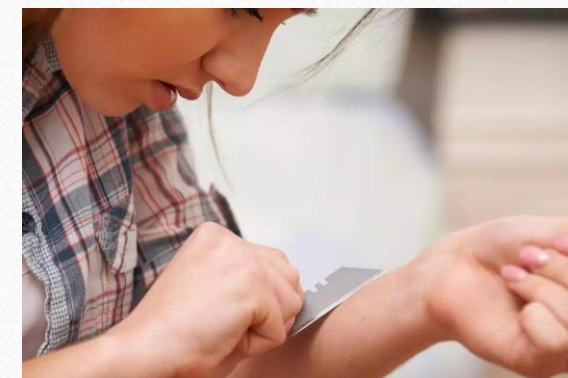
- **violência estrutural:** restrição do acesso aos direitos básicos decorrente da estrutura dos sistemas econômico, social e político, tornando a vítima dessa violência mais vulnerável ao sofrimento e à morte (fome, moradias em áreas de risco).
- **violência entre crianças e adolescentes:** bullying, agressão física, violência psicológica ou sexual.



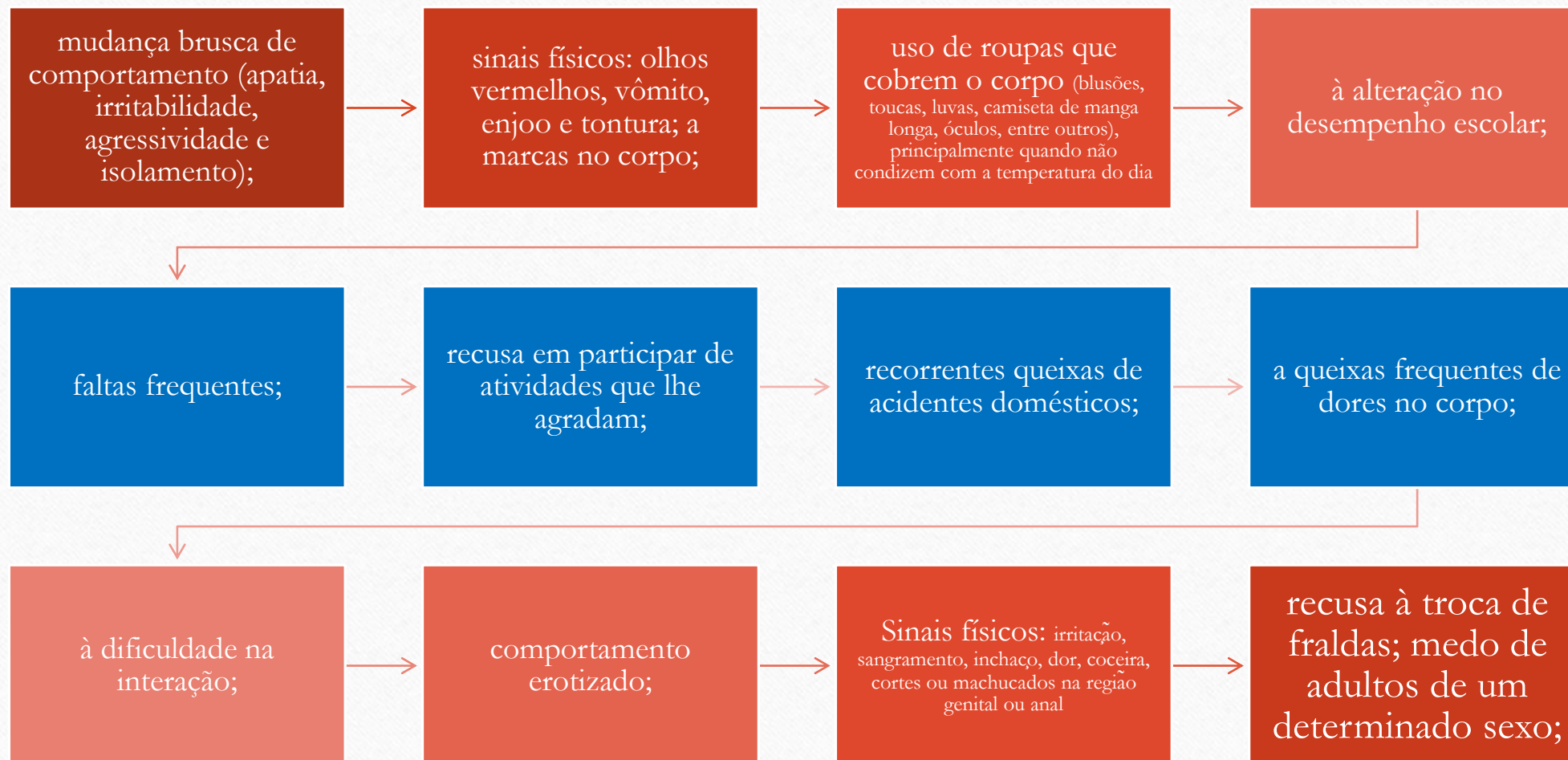
Enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes



- **violência autoinfligida:** cortar-se, saltar de alturas, ingerir drogas ilícitas, praticar jogos e brincadeiras que colocam em risco sua integridade física, moral e psíquica.
- **trabalho infantil:** atividade insalubre, perigosa que exponha a criança ou o adolescente a esforços físicos intensos, a longas jornadas de trabalho, ao trabalho noturno, ao calor, à exposição ao fogo, a posições antiergonômicas e movimentos repetitivos, ao tracionamento da coluna vertebral e à sobrecarga muscular.



Enfrentando a violência: SINAIS



INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 20, DE 26 DE JUNHO DE 2020.



Art. 2º Caberá à **Chefia Imediata da Unidade Educacional** comunicar ao Conselho Tutelar casos de suspeita ou confirmação de caso de violência, por meio de “Termo de Notificação”, na conformidade do Anexo Único, parte integrante desta Instrução Normativa.

§ 1º Os funcionários da UE devem relatar, à chefia, os casos de suspeita ou confirmação de violência, imediatamente após tomarem conhecimento do fato, sob pena de infração administrativa sujeita à multa nos termos do artigo 245 da Lei federal nº 8.069, de 1990.

§ 2º A comunicação de que trata o caput deve ser mantida em sigilo com o intuito de preservar a intimidade e o interesse social, ficando a UE responsável por:

- a) comunicar as notificações ao Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem - NAAPA;
- b) acompanhar o andamento do caso junto ao Conselho Tutelar;
- c) informar os serviços de saúde e de assistência social da região;
- d) informar a família sobre o encaminhamento às autoridades competentes, exceto quando envolver risco de morte por integrante da família.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 20, DE 26 DE JUNHO DE 2020.



Art. 3º Nos casos de violência física, além das ações relacionadas no artigo 2º desta Instrução Normativa, a Chefia Imediata, deverá comunicar também a Vara da Infância e Juventude do domicílio da criança.

Art. 5º Na hipótese de revelação espontânea de violência, o servidor envolvido deverá, mediante conhecimento da Chefia Imediata:

- I - Acolher a vítima, resguardando-a e protegendo-a de sofrimento, de forma que receba tratamento digno;
- II - Interagir com a vítima de modo a assegurar a manutenção da sua confiança, a confiabilidade dos dados obtidos;
- III - Proporcionar espaço adequado e tempo para que a vítima exponha suas ideias;
- IV - Buscar formas de esclarecer as eventuais dúvidas suscitadas pela vítima;
- V - Assegurar condições para a comunicação da criança e do adolescente com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- VI - Preservar, em consonância com a legislação vigente, a identidade social, cultural, costumes e tradições, quando se tratar de imigrantes ou povos pertencentes a comunidades tradicionais.

Enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes



- trabalhar com educação em direitos humanos;
- estimular o uso das habilidades básicas de escuta ativa e empatia;
- intervir sempre que presenciar ou tiver conhecimento de situações de violências entre os estudantes, promovendo a reparação;
- ajudar a vítima a romper com o silêncio;
- discutir estratégias para o fortalecimento da autoestima;
- atuar nos casos de condutas intimidadoras;
- falar sobre empatia e formas não violentas de relacionamentos;
- apresentar possibilidades apropriadas e seguras para identificar, denunciar e ajudar os estudantes a combaterem a violência;
- intensificar o trabalho coletivo, jogos cooperativos e demais ações que fortaleçam os vínculos entre os estudantes em detrimento da competitividade;
- coibir comportamentos violentos, competição e segregação entre os estudantes;

Enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes: O papel do educador



1. Conhecer as violências do ensino e inserir as estratégias de autoproteção e autodefesa no currículo em interface com a matriz de saberes;

2. Desenvolver um olhar sensível e atento ao desenvolvimento dos estudantes;

3. Promover uma cultura da paz e não violência entre adultos e estudantes, entre estudantes e estudantes e entre familiares e estudantes;

4. Denunciar as situações que prejudiquem o desenvolvimento dos estudantes com base em registros que demonstrem em quais aspectos os direitos estão sendo violados;

5. Acolher o sofrimento do estudante vítima, compreendendo-o e buscando estratégias para que seja possível garantir seu desenvolvimento integral mesmo enquanto está sendo cuidado.

DECRETO Nº 56.560 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

dispõe sobre a criação da Comissão de Mediação de
Conflitos – CMC nas escolas da Rede Municipal de
Ensino.

DECRETO Nº 56.560 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015



Art. 2º A Comissão de Mediação de Conflitos - CMC terá o objetivo de atuar na prevenção e na resolução dos conflitos escolares que prejudiquem o processo educativo e envolvam educandos, professores e servidores.



DECRETO Nº 56.560 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015



Art. 5º A Comissão de Mediação de Conflitos - CMC terá as seguintes atribuições:

- I - mediar conflitos ocorridos no interior da unidade educacional que envolvam educandos e profissionais da educação;
- II - orientar a comunidade escolar por meio da mediação independente e imparcial, sugerindo medidas para a resolução dos conflitos;
- III - identificar as causas das diferentes formas de violência no âmbito escolar;
- IV - identificar as áreas que apresentem risco de violência nas unidades educacionais;
- V - apresentar soluções e encaminhamentos à equipe gestora da unidade educacional para equacionamento dos problemas enfrentados.

DECRETO Nº 56.560 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015



Art. 6º A Comissão de Mediação de Conflitos - CMC será composta de representantes das equipes gestora, docente e de apoio à educação, dos responsáveis ou familiares dos educandos e dos educandos, observada a seguinte proporção:

I - nos CEIs, CEMEIs e EMEIs:

- a) equipe gestora: 1 (um);
- b) professores efetivos: 2 (dois);
- c) equipe de apoio: 1 (um);
- d) responsáveis ou familiares dos educandos: 2 (dois);

A photograph of two young children sitting at a red table, eating fruit. The child in the foreground is a girl with dark hair in a bun, wearing a white shirt, and is eating a piece of green fruit. The child in the background is a boy, also in a white shirt, eating a banana. On the table are yellow plates with fruit, including apples and bananas. A green container with more fruit is also visible. The text 'EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL' is overlaid in white serif font.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



- Princípios intrínsecos à educação alimentar e nutricional: autonomia, prazer, saúde, cultura, diversidade, sustentabilidade.
- Os momentos de alimentação são também pedagógicos quando as crianças aprendem, interagem e expressam-se.
- Exploração dos sentidos
- Transição dos talheres, locais e posturas para alimentar-se

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



- Diretrizes para alimentação na Educação Infantil e determina: tempos, espaços, materialidades, interações, escuta, observação e registros sejam considerados e revisitados nos momentos de alimentação enquanto prática social.
- OMS - bebês recebam, exclusivamente, leite materno durante os primeiros seis meses de idade. Após os seis meses, devem começar a receber alimentação complementar segura e nutricionalmente adequada, juntamente com a amamentação, até os 2 anos de idade ou mais.
- Os alimentos podem ser preparados de diversas formas: piquenique, quente, frio, diferentes cortes e composições.



Foto 12

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



- valorizar a experimentação, explorar a cor, o cheiro e a textura, o cuidado com sua entonação de voz e agir de forma que incentive a criança a comer determinado alimento.
- bebês que ainda não tenham atingido o desenvolvimento postural necessário para se manterem sentados em equilíbrio estável por si só, a oferta de leite (preferencialmente materno) e introdução da alimentação (comida amassada, “papa”) somente devem acontecer no colo da(o) educadora(or).
- À medida que os bebês tenham mais autonomia para se deslocarem sozinhos, eles devem utilizar as mesas e cadeiras adequadas ao seu tamanho que possibilitem apoiar os pés no chão e os cotovelos na altura da mesa. A alimentação nas mesas deve acontecer em pequenos grupos para ser priorizada a atenção da(o) educadora(or), considerando que os bebês ainda precisam do seu auxílio direto.



Foto 2

- as crianças que apresentam deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), transtorno alimentar devem participar respeitada a singularidade de cada um. O momento da alimentação deve ser prazeroso e acolhedor para todos.
- Disponibilizar às crianças informações sobre o que será servido antes do momento da refeição
- A apresentação do alimento preparado , sua origem, quem preparou, como foi preparado e experimentado pelas crianças devem ser considerados no planejamento curricular.

